

Partidocracia, S.A.: manual de manutenção da mediocridade

Publicado em 2025-08-23 12:00:00



E o plano mínimo de rutura em 10 passos

Resumo: Portugal não é pobre — está **capturado**. Um condomínio de partidos-empresa, primos em comissão e lóbis discretos. Este manifesto descreve a máquina da mediocridade e apresenta um plano de rutura com metas, prazos e indicadores públicos.

1) Porque isto não é política — é captura

Os partidos funcionam como **agências de colocação**: recrutam por lealdade, ocupam o Estado como se fosse “a casa”, terceirizam decisões e capturam reguladores.

- **Recrutamento por cartão** — nomeações em cascata.
- **Concursos-fantasma** — perfis feitos à medida.
- **Consultocracia** — relatórios caros para adiar decisões.
- **Publicidade institucional** — compra silêncio mediático.
- **Reguladores capturados** — a melhor reforma para o corrupto é a que não chega.

2) A fatura da mediocridade

- **Produtividade estagnada** e fuga de talento.
- **Serviços públicos** a colapsar em câmara lenta.
- **Corrupção** de baixa e alta intensidade.
- **Cinismo social**: quando tudo é “normal”, nada indigna.

3) Plano mínimo de rutura (10 passos)

1. **Primárias abertas + limite de mandatos** (2 executivos; 3 parlamentares).
2. **Sistema eleitoral misto** (50% uninominais; 50% compensação proporcional).
3. **Transparência em tempo real** — contratos, faturas, agendas e lobby em open data.
4. **Concursos públicos verdadeiros** — júris independentes, métricas e recurso.
5. **Registo obrigatório de lóbi** — encontros/minutas publicados.

6. **Proteção forte a denunciante**s — canal anónimo e crime de retaliação.
7. **Declaração patrimonial anual audível** — perda alargada de bens sem origem lícita.
8. **Tribunal de Contas com dentes** — sanção executiva e responsabilização pessoal.
9. **Orçamento participativo vinculativo** + iniciativa cidadã com debate obrigatório.
10. **Carreiras de Estado profissionais** — avaliação, mobilidade e fim da “nomeação por cartão”.

4) Implementação (180 dias → 24 meses)

0–180 dias

- Lei de Transparência Total e Registo de Lóbi.
- Plataforma única de dados públicos (API).
- Canal Nacional de Denúncia + norma anti-retaliação.
- Portas giratórias: cooling-off 3 anos para reguladores.

6–12 meses

- Lei Eleitoral Mista e limites de mandatos.
- Primárias abertas obrigatórias para partidos com assento.
- Novo Estatuto das Carreiras do Estado (direções por concurso nacional).

12–24 meses

- Tribunal de Contas com poderes executivos de sanção.
- Plataforma de avaliação de políticas com KPIs por ministério.
- Primeira auditoria cidadã anual com painéis independentes.

5) KPIs públicos

- % de cargos de direção por concurso aberto.
- Nº de encontros de lóbi registados e % com minuta.
- Tempo médio de publicação de contratos/faturas (meta: 15 dias).
- Nº de denúncias concluídas e taxa de recuperação de ativos.
- Concorrência real em compras (nº médio de propostas).
- Mobilidade e avaliação anual nas carreiras do Estado.

6) O custo de não mudar

Mais impostos para serviços fracos, produtividade baixa, emigração do talento e desconfiança crónica.

7) Epílogo

Portugal não é um país pobre — é um país distraído. Abrir as janelas: entra luz, sai mofo. O resto é trabalho — e coragem.

Chamada à ação

- Partilha este manifesto.
- Cobra estas 10 medidas a quem te pede o voto.
- Exige métricas trimestrais e dados abertos.